

## DECISÃO CRO-PE Nº 03/2026

Aprovação do novo Regimento Interno das Comissões Temáticas do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco e estabelece normas para a participação de membros colaboradores e acadêmicos.

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco (CRO-PE), no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 4.324/64 e pelo Regimento Geral dos Conselhos de Odontologia, considerando a necessidade de modernização administrativa e interdisciplinaridade técnica destas comissões:

DECIDE:

### CAPÍTULO I - Da Composição e Natureza

Art. 1º. As Comissões Temáticas do CRO-PE são órgãos de assessoria técnica, de natureza consultiva e colaborativa.

Art. 2º. As Comissões serão compostas pelas seguintes categorias de membros:

- I. Presidente: Cirurgião-Dentista designado por ato da Presidência;
- II. Secretário: Cirurgião-Dentista designado por ato da Presidência;
- III. Membros Efetivos: Cirurgiões-Dentistas vinculados ao CRO-PE, com inscrição ativa e regular;
- IV. Profissionais de outras áreas de atuação, cujo conhecimento seja compatível com a temática da Comissão;
- V. Membros Acadêmicos: Estudantes de graduação em Odontologia.

§ 1º. Os profissionais de Odontologia integrantes da Comissão deverão, como requisito para sua permanência, não possuir apenamento disciplinar vigente e estar quites com a Autarquia.

§ 2º. A participação de Membros Acadêmicos observará o limite máximo de 2 (dois) estudantes por curso de graduação, mediante análise curricular e entrevista prévia realizada pelo Presidente da Comissão.

§ 3º. A designação e a exoneração dos membros das Comissões serão feitas por Portaria do Presidente do CRO-PE.

§ 4º. As funções exercidas no âmbito das Comissões são de natureza honorífica e de relevante interesse público, sendo vedada a percepção de remuneração pelos serviços prestados, bem como a utilização da posição institucional para fins de promoção pessoal, publicidade privada ou interesses político-partidários.

Art. 3º. A participação nas Comissões é incompatível com o exercício de atividades que possam comprometer a independência, a isenção ou a moralidade administrativa. No ato da posse todos os membros das Comissões deverão assinar o Termo de Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses, comprometendo-se a:

- I. Declarar-se impedido ou suspeito de atuar em processos ou debates onde possua interesse pessoal, profissional ou econômico direto ou indireto;
- II. Abster-se de utilizar informações privilegiadas obtidas no âmbito da Comissão para fins privados;
- III. Comunicar imediatamente à Presidência qualquer situação superveniente que possa comprometer sua isenção.

## **CAPÍTULO II - Dos Membros Colaboradores e Acadêmicos**

Art. 4º. Os Membros Colaboradores Especializados atuarão como consultores técnicos, provendo subsídios em suas respectivas áreas de expertise (jurídica, econômica, social etc.) para qualificar os debates da Comissão.

§ 1º. Sua participação visa a interdisciplinaridade no trato de temas que envolvam a saúde, a sociedade e as repercussões ético-jurídicas da profissão.

§ 2º. Estes membros não possuem direito a voto em matérias que exijam deliberação exclusiva da categoria odontológica.

Art. 5º. A participação de Membros Acadêmicos observará os seguintes critérios:

- I. Limite máximo de 2 (dois) estudantes por curso de graduação;
- II. Seleção mediante análise curricular e entrevista prévia realizada pelo Presidente da Comissão;
- III. Atuação focada no suporte a pesquisas, eventos e elaboração de estudos que estimulem o estudo da Odontologia;

Art. 6º. A atuação dos membros deverá ser pautada pelos princípios da impessoalidade e da moralidade, visando exclusivamente ao fortalecimento da Odontologia e à proteção da saúde coletiva.

Art. 7º. O integrante de Comissão que se candidatar a cargo eletivo em eleições políticas, ou que venha a ocupar cargo de provimento em comissão ou função de gestão na Administração Pública (Federal, Estadual ou Municipal) cuja natureza possa gerar conflito de interesses ou comprometer a isenção exigida pela Autarquia, deverá:

- I. Solicitar o licenciamento formal, com indicação do período de afastamento, no caso de candidaturas eleitorais (observando os prazos de desincompatibilização previstos na legislação eleitoral); ou
- II. Solicitar a exoneração de suas atividades na Comissão, caso o novo cargo ocupado seja técnico ou eticamente incompatível com o exercício da função de assessoria no CRO-PE.

Parágrafo Único. A omissão quanto ao dever de comunicação sobre a candidatura ou posse em cargo público incompatível sujeitará o membro à exoneração de ofício pela Presidência do Regional, sem prejuízo da apuração de eventuais faltas éticas.

### **CAPÍTULO III - Das Competências**

Art. 8º. Compete às Comissões assessorar a Diretoria no encaminhamento de matérias técnicas, elaborar pareceres, promover pesquisas, seminários e defender temas de interesse da saúde pública.

Art. 9º. Ao Presidente da Comissão compete representar o grupo em eventos, convocar e presidir reuniões, e propor a nomeação de membros para Grupos de Trabalho.

Art. 10. Ao Secretário compete substituir o Presidente em seus impedimentos, organizar pautas, secretariar reuniões e elaborar as respectivas atas.

Art. 11. Promover parcerias e intercâmbios com organizações públicas ou privadas que possuam objetivos convergentes aos desta Autarquia, visando à interdisciplinaridade e ao fortalecimento das políticas de saúde bucal, condicionada à anuência formal do Presidente do Regional.

Art. 12. Implementar estratégias de interiorização que ampliem a representatividade das Comissões, assegurando a equidade no acesso aos serviços de assessoria técnica e promovendo o impacto das ações do Regional de forma uniforme em todos os municípios de Pernambuco.

Art. 13. Fica terminantemente vedada às Comissões Temáticas e aos demais órgãos de assessoria técnica a emissão de notas públicas, tais como, dentre outras, notas de repúdio, notas de pesar, moções de aplausos e a veiculação autônoma de posicionamentos críticos em matérias de sua alçada ou relativas às finalidades institucionais do CRO-PE e da Odontologia em geral.

## **CAPÍTULO IV – Do Auxílio de Representação**

Art. 14. A participação de qualquer dos Membros Colaboradores<sup>1</sup> não gera qualquer vínculo funcional, sejam, empregatício, previdenciário ou estatutário com o CRO-PE.

§1º. É vedada qualquer forma de remuneração fixa, salário, gratificação ou contraprestação habitual.

§2º. Poderá ser concedido auxílio de representação, de natureza indenizatória, destinado exclusivamente ao custeio de despesas necessárias à atuação institucional, tais como deslocamento, alimentação, hospedagem e logística.

§3º. O auxílio de representação dependerá de designação prévia e expressa da Diretoria do CRO-PE, da efetiva atuação institucional e da observância dos critérios, limites e valores fixados em ato normativo próprio.

§4º. O auxílio não se incorpora, não gera habitualidade e não caracteriza remuneração sob qualquer hipótese.

## **CAPÍTULO V - Do Funcionamento Modernizado**

Art. 15. As reuniões ocorrerão ordinariamente em intervalos não superiores a 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser realizadas de forma presencial, híbrida ou inteiramente remota.

Parágrafo Único: O uso de assinaturas digitais certificadas é obrigatório para a validação de atas e pareceres emitidos.

Art. 16. As deliberações sobre projetos e pareceres serão submetidas ao Presidente da Comissão e, após aprovação, encaminhadas ao Presidente do Regional.

---

<sup>1</sup> De acordo com classificação apresentada no Art. 2º;

## **CAPÍTULO VI - Da Assiduidade e do Regime de Justificativas**

Art. 17. O exercício das funções nas Comissões Temáticas é pautado pelo dever de assiduidade, sendo a participação dos membros considerada obrigatória e relevante para o interesse público da Odontologia, contemplando-se:

§ 1º. O dever de presença que se aplica integralmente a todas as reuniões ordinárias e extraordinárias, independentemente de serem realizadas de forma presencial, híbrida ou remota.

§ 2º. Em caso de impossibilidade de comparecimento, o membro deverá protocolar a justificativa por e-mail endereçada à Secretaria da Comissão, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas ou, em casos de força maior, em até 5 (cinco) dias úteis após o ato, neste último caso, demonstrando o motivo.

§ 3º. Nas reuniões realizadas por videoconferência ou plataforma digital, a assiduidade será aferida pela permanência do membro na sala virtual e sua participação durante a totalidade dos trabalhos, devendo o registro de presença constar em ata lavrada pelo Secretário.

§ 4º. A ausência não justificada ou a rejeição da justificativa pela Presidência da Comissão será registrada em ata como falta injustificada.

§ 5º. O membro efetivo que acumular 3 (três) faltas consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas em reuniões ordinárias, no período de 12 meses, sem a devida justificativa por escrito, estará sujeito à vacância do cargo por abandono de função, sendo facultado ao Presidente do Regional a sua exoneração de ofício.

## **CAPÍTULO VII – Da Proteção de Dados e do Sigilo de Informações**

Art. 18. No exercício de suas atividades, os membros das Comissões deverão observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), zelando pela

proteção, privacidade e sigilo de todos os dados pessoais e informações institucionais a que tiverem acesso em razão do cargo.

§ 1º. Os dados obtidos para subsidiar os trabalhos das Comissões destinam-se exclusivamente ao cumprimento das finalidades institucionais do CRO-PE, sendo terminantemente proibida a sua utilização para fins particulares, comerciais, político-partidários ou de promoção pessoal.

§ 2º. O acesso ao banco de dados é restrito aos membros efetivamente designados para a matéria, devendo o compartilhamento de informações ocorrer apenas pelos canais oficiais de comunicação da Autarquia, sendo vedado o uso de e-mails pessoais ou aplicativos de mensagens para o tráfego de dados sensíveis, salvo se por meio de ferramentas homologadas pelo Conselho.

§ 3º. Todo membro da Comissão assume a obrigação de manter sigilo absoluto sobre informações classificadas como confidenciais ou dados pessoais, ainda que de terceiros, mesmo após o término de seu mandato, licenciamento ou exoneração.

§ 4º. A utilização inadequada, o vazamento doloso ou culposos, ou o tratamento de dados em desconformidade com as orientações institucionais, sujeitará o infrator a:

- I. Exoneração imediata da Comissão de ofício pela Presidência;
- II. Instauração de processo ético-disciplinar perante o Tribunal de Ética;
- III. Comunicação às autoridades competentes (ANPD e Ministério Público) para apuração de responsabilidade civil e criminal.

§ 5º. A assinatura do Termo de Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses e de Confidencialidade é condição indispensável para o acesso a qualquer documento ou dado sob custódia do Conselho.

## **CAPÍTULO VIII – Do Impedimento Após o Término do Exercício**

Art. 19. Fica estabelecido o período de 24 (vinte e quatro) meses de quarentena institucional, contados a partir da data do desligamento, licenciamento ou término do mandato, para qualquer membro (efetivo, colaborador ou acadêmico) que tenha integrado as Comissões do CRO-PE.



§ 1º. Durante o período de quarentena, é expressamente vedado ao ex-integrante:

- I. Atuar como advogado, consultor, perito ou assistente técnico em processos administrativos ou judiciais movidos em face do CRO-PE, nos quais o objeto da lide envolva informações, pareceres ou dados aos quais o membro teve acesso privilegiado durante sua permanência na Comissão;
- II. Utilizar listas de contatos, endereços, e-mails ou quaisquer informações pessoais de profissionais inscritos e empresas para fins de marketing, captação de clientela, venda de serviços ou qualquer proveito econômico pessoal ou de terceiros;
- III. Valer-se do prestígio ou de informações internas obtidas para intermediar interesses privados junto ao Conselho ou para influenciar decisões em favor de grupos econômicos ou políticos.

§ 2º. A violação do disposto neste artigo caracteriza infração ética grave e desvio de finalidade, sujeitando o infrator à representação imediata perante os órgãos de profissão e à adoção de medidas judiciais de natureza civil e criminal por uso indevido de informações sigilosas e violação da LGPD.

§ 3º. O dever de sigilo sobre as informações sensíveis e estratégicas da Autarquia é perpétuo, não se limitando ao período da quarentena estabelecido no caput deste artigo.

## CAPÍTULO IX - Das Disposições Gerais

Art. 20. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Presidente do CRO-PE.

Art. 21. Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições anteriores.

Recife, 16 de janeiro de 2026.



João Carlos Hazin de Godoy

**Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco**



**TERMO DE COMPROMISSO, CONFIDENCIALIDADE E DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES**

**CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE PERNAMBUCO – CRO-PE**

**1. QUALIFICAÇÃO DO (A) DECLARANTE**

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ | Estado Civil: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Conselho de Classe de Origem: \_\_\_\_\_

Inscrição Profissional nº: \_\_\_\_\_ | CPF: \_\_\_\_\_

Comissão Designada: \_\_\_\_\_

Condição: ( ) Membro Efetivo ( ) Membro Colaborador ( ) Membro Acadêmico

**2. DO COMPROMISSO ÉTICO E NATUREZA DA FUNÇÃO**

Declaro estar ciente de que a participação nas Comissões do CRO-PE constitui o exercício de uma função honorífica de relevante interesse público. Comprometo-me a pautar minha conduta pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, bem como pelas normas de regência desta Autarquia Federal e, subsidiariamente, pelo Código de Ética da minha respectiva profissão de origem.

**3. DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES**

Declaro, sob as penas da lei, que NÃO incorro em nenhuma das situações de conflito abaixo listadas, comprometendo-me a abster-me de:

3.1. Interceder ou influenciar, direta ou indiretamente, em favor de interesses privados de amigos, sócios, clientes ou parceiros comerciais junto a setores internos, funcionários ou conselheiros do CRO-PE.

3.2. Captação de Vantagem Econômica: Utilizar a posição de membro para obter contratos, patrocínios, brindes, hospitalidades ou vantagens de qualquer natureza junto a empresas do setor de saúde, odontologia ou indústria fornecedora que tenham interesse em atos desta Autarquia.

3.3. Promoção Pessoal e Redes Sociais: Utilizar a logomarca do CRO-PE ou o título de "Membro de Comissão" em materiais de publicidade privada, redes sociais profissionais ou sites comerciais com o intuito de sugerir selo de qualidade, aval institucional ou gerar autoridade comercial para a venda de serviços privados.

3.4. Atividade Docente/Comercial Conflitante: Atuar como palestrante, docente ou consultor em eventos de entidades privadas utilizando-se de informações estratégicas ou pareceres em elaboração no âmbito da Comissão antes de sua publicação oficial.

#### **4. DA PROTEÇÃO DE DADOS E SIGILO DAS INFORMAÇÕES (LGPD)**

Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), obrigo-me a:

4.1. Vedação de Extração de Base de Dados: É expressamente proibido copiar, fotografar, imprimir ou extrair, por qualquer meio, listas de contatos (e-mails, telefones, endereços) de profissionais e empresas inscritas para fins de marketing, prospecção de clientes, venda de cursos, mentorias ou serviços jurídicos/contábeis.

4.2. Sigilo Absoluto: Manter sigilo sobre processos éticos, estratégias de fiscalização, dados sensíveis de terceiros e quaisquer documentos classificados como reservados aos quais tiver acesso.

4.3. Rastreabilidade Digital: Declaro ciência de que todo e eventual acesso aos sistemas e documentos digitais do CRO-PE é auditável, respondendo pessoalmente por qualquer vazamento originado de minhas credenciais.

#### **5. DA AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ**

5.1. Autorizo de forma gratuita, plena e irrestrita, o CRO-PE a utilizar minha imagem e voz, captadas em reuniões (presenciais ou remotas), eventos, palestras, congressos ou ações itinerantes vinculadas às atividades da Comissão.

5.2. A presente autorização abrange o uso em redes sociais oficiais, site institucional, transmissões ao vivo (lives), materiais informativos, vídeos comemorativos e demais canais de comunicação da Autarquia, visando

exclusivamente a transparência administrativa, a educação continuada e o fortalecimento institucional da Odontologia.

5.3. Declaro que tal utilização não viola meus direitos de personalidade e que a participação ocorre de forma voluntária, sem qualquer remuneração, compensação financeira ou vínculo empregatício.

## **6. DA QUARENTENA E IMPEDIMENTO PÓS-EXERCÍCIO**

Reconheço que, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses após o meu desligamento da Comissão, estarei impedido de:

6.1. Litigância Contra a Autarquia: Atuar como advogado, assistente técnico ou consultor em processos judiciais ou administrativos contra o CRO-PE que versem sobre matérias ou dados privilegiados dos quais tive conhecimento durante o mandato.

6.2. Comercialização de Expertise Interna: Prestar consultoria a terceiros ensinando métodos de evasão ou contorno às normas de fiscalização desta Autarquia baseando-se em conhecimentos internos.

## **7. DAS SANÇÕES E RESPONSABILIZAÇÃO MULTIDISCIPLINAR**

O descumprimento de qualquer cláusula deste Termo sujeitará o declarante, cumulativamente:

Exoneração Imediata: Perda do cargo na Comissão de ofício pela Presidência;

Representação Ética Cruzada: Comunicação oficial ao Conselho de Classe de Origem para apuração de falta de idoneidade moral;

Ação de Regresso e Indenização: Responsabilização civil por danos materiais, morais e danos à imagem institucional do CRO-PE;

Persecução Penal: Representação criminal por Falsidade Ideológica (Art. 299, CP), Violação de Sigilo Funcional (Art. 325, CP) e infrações à LGPD.

## **8. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE E ASSINATURA**

Ratifico que todas as informações prestadas são verdadeiras e que a assinatura deste termo é condição indispensável para o início de minhas atividades.



Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202 \_\_\_\_.

Assinatura do Declarante

(Assinatura Digital)